RELAPTEC
Revista Latino-Americana de Produção Técnica e Tecnológica

ESCREVENDO DESDE AS MARGENS: A LITERATURA DE COR FEMININA COMO DISPOSITIVO DECOLONIAL NA FORMAÇÃO DOCENTE[1]

WRITING FROM THE MARGINS: FEMALE-COLOR LITERATURE AS A DECOLONIAL DEVICE IN TEACHER TRAINING

ESCRIBIENDO DESDE LOS MÁRGENES: LA LITERATURA DE COLOR FEMENINA COMO DISPOSITIVO DECOLONIAL EN LA FORMACIÓN DOCENTE

Aderjan Albert da Silva Argolo
Mestra e doutoranda em Linguística e Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL); mestra em Ciências Humanas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Oeste da Bahia (PPGCHS/UFOB); licenciada em Letras – Português e Espanhol pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); bacharela em Psicologia pela Faculdade Pio Décimo. Psicóloga clínica (CRP 19/4784). Membra do Grupo de Pesquisa Discurso, Sentidos e Sociedade (DISENSO/PPGLL/CNPq). Bolsista CAPES. São Cristóvão, SE, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0009-0008-9078-2224. E-mail: aderjanalbert.letrasufs@gmail.com

[1] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Recebido em 01/09/2026 | Aceito em 26/10/2026 | **Publicado em 12/11/2026**

RESUMO

O presente artigo problematiza as profundas lacunas epistêmicas, a reprodução de vieses coloniais e os silenciamentos históricos identificados nas matrizes curriculares dos cursos de licenciatura, direcionando especial ênfase para a formação inicial e continuada de professoras e professores de línguas frente aos desafios práticos de efetivação das Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008 no cotidiano escolar. Amparado teoricamente pelas premissas da Linguística Aplicada Crítica, Indisciplinar e Transgressiva, articulada às teorias pós-críticas do currículo, ao Letramento Racial Crítico e à Teoria Racial Crítica, o trabalho analisa de que modo as narrativas, testemunhos e escrevivências de mulheres afro-latinas e de povos originários operam como potentes fissuras no cânone literário ocidentalizado, desmantelando a ilusão de neutralidade científica e a hegemonia eurocentrada do conhecimento. A partir de um desenho metodológico de abordagem qualitativa, interpretativa, bibliográfica e autoetnográfica, mobilizam-se e cartografam-se as produções poéticas, biográficas e políticas de Geni Guimarães, Dona Jacira, Eliane Potiguara, Rigoberta Menchú Tum e Domitila Barrios de Chungara. Como proposição prática e intervenção ético-política, o estudo apresenta o delineamento de uma unidade didática em formato de oficina pedagógica, estruturada para o chão da sala de aula e voltada para o enfrentamento do racismo estrutural, do epistemicídio e do pacto narcísico da branquitude institucionalizada. Conclui-se que a incorporação dessas vozes e saberes subalternizados na formação universitária constitui uma *práxis* de (re)existência e um movimento griot urgente, capaz de desestabilizar assimetrias de poder, sulear as referências epistemológicas e erigir uma formação docente autenticamente antirracista, intercultural, decolonial e humanizadora na educação pública brasileira.

Palavras-chave

Formação Docente; Letramento Racial Crítico; Literaturas Racializadas; Educação Antirracista.

ABSTRACT

This article problematizes the deep epistemic gaps, the reproduction of colonial biases and historical silences identified in the curricular matrices of undergraduate courses, directing special emphasis on the initial and continuing training of female and male language teachers in view of the practical challenges of implementing Laws no. 10.639/2003 and no. 11.645/2008 in everyday school life. Theoretically supported by the premises of Critical, Undisciplined, and Transgressive Applied Linguistics, articulated to the post-critical theories of the curriculum, Critical Racial Literacy, and Critical Race Theory, the work analyzes how the narratives, testimonies, and writings of Afro-Latin American women and Indigenous peoples operate as powerful fissures in the westernised literary canon, dismantling the illusion of scientific neutrality and the Eurocentric hegemony of knowledge. From a methodological design of qualitative, interpretative, bibliographic and autoethnographic approach, the poetic, biographical and political productions of Geni Guimarães, Dona Jacira, Eliane Potiguara, Rigoberta Menchú Tum and Domitila Barrios de Chungara are mobilized and mapped. As a practical proposition and ethical-political intervention, the study presents the design of a didactic unit in the form of a pedagogical workshop, structured for everyday classroom practice and aimed at confronting structural racism, epistemicide and the narcissistic pact of institutionalized whiteness. It is concluded that the incorporation of these voices and subaltern knowledge in university education constitutes a praxis of re-existence and an urgent griot movement, capable of destabilizing asymmetries of power, to "southernize" the epistemological references and to erect an authentic anti-racist, intercultural, decolonial and humanizing teacher training in Brazilian public education.

Keywords

Teacher Training; Critical Racial Literacy; Racialized Literatures; Anti-Racist Education.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

RESUMEN

El presente artículo problematiza las profundas brechas epistémicas, la reproducción de sesgos coloniales y los silencios históricos identificados en las matrices curriculares de los cursos de licenciatura, dirigiendo especial énfasis para la formación inicial y continua de profesoras y profesores de lenguas frente a los desafíos prácticos de efectividad de las Leyes n.º 10.639/2003 y n.º 11.645/2008 en el cotidiano escolar. Respaldado teóricamente por las premisas de la Lingüística Aplicada Crítica, Indisciplinada y Transgresiva, articulada a las teorías postcríticas del currículo, al Letramiento Racial Crítico y a la Teoría Racial Crítica, el trabajo analiza de qué modo las narrativas, testimonios y escrevivencias de mujeres afro-latinas y de pueblos originarios operan como potentes fisuras en el canon literario occidentalizado, desmantelando la ilusión de neutralidad científica y la hegemonía eurocentrista del conocimiento. A partir de un diseño metodológico de abordaje cualitativo, interpretativo, bibliográfico y autoetnográfico, se movilizan y cartografían las producciones poéticas, biográficas y políticas de Geni Guimarães, Doña Jacira, Eliane Potiguara, Rigoberta Menchú Tum y Domitila Barrios de Chungara. Como proposición práctica e intervención ético-política, el estudio presenta el delineamiento de una unidad didáctica en formato de taller pedagógico, estructurada para el suelo del aula y dirigida al enfrentamiento del racismo estructural, del epistemicidio y del pacto narcisista de la blancura institucionalizada. Se concluye que la incorporación de estas voces y saberes subalternos en la formación universitaria constituye una praxis de reexistencia y un movimiento griot urgente, capaz de desestabilizar asimetrías de poder, sulear las referencias epistemológicas y erigir una formación docente auténticamente antirracista, intercultural, decolonial y humanizadora en la educación pública brasileña.

Palabras clave

Formación Docente; Letramiento Racial Crítico; Literaturas Racializadas; Educación Antirracista.

O CURRÍCULO COMO ESPAÇO DE PODER E AS MARGENS DA FORMAÇÃO – INTRODUÇÃO

Pensar a formação docente no Brasil contemporâneo exige, obrigatoriamente, destituir a ilusão de neutralidade que, historicamente, reveste as políticas educacionais e os desenhos curriculares. O currículo, em harmonia com Silva (2005), não se restringe a um arranjo técnico de conteúdos: ele se configura como um texto racializado, uma narrativa política e identitária intrinsecamente vinculada a dinâmicas de poder e exclusão. No âmbito das licenciaturas, especificamente nos cursos de Letras, essa assimetria se manifesta na manutenção sistemática de um cânone literário ocidentalizado, branco, masculino e cisheteronormativo, que empurra para as coxias do conhecimento as produções estéticas e históricas oriundas de matrizes não europeias.

Essa arquitetura de apagamento gera um paradoxo pedagógico e legal. Embora o ordenamento jurídico brasileiro conte com os marcos fundamentais das Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008, que instituem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena na Educação Básica, observa-se uma persistente distância entre a prescrição normativa e a *práxis* nas salas de aula. Passadas décadas de suas promulgações, a implementação efetiva dessas legislações esbarra na precarização da formação inicial de educadoras e educadores, que concluem suas graduações sem o devido estofo teórico-metodológico para mediar realidades pluriculturais, por vezes, pluridiversas. Como exigir que docentes atuem na desconstrução do racismo estrutural/institucional/cotidiano se suas próprias trajetórias universitárias foram marcadas pelo silenciamento e pelo epistemicídio?

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Diante desse cenário, este artigo propõe uma reflexão fundamentada na articulação entre a experiência autoetnográfica e a necessidade urgente de reformulação dos currículos formativos. O objetivo central reside em demonstrar como a introdução da "literatura de cor", compreendida aqui através das vozes e relatos de mulheres racializadas afro-latinas e de povos originários, funciona como um operador analítico de (re)existência(s)/resistência(s) e como ferramenta indispensável para o letramento racial crítico de futuras(os) docentes.

Para tanto, busca-se investigar as lacunas epistêmicas na formação em Letras, analisar o potencial pedagógico das escrevivências dessas autoras e, por fim, propor caminhos práticos para a sua implementação no chão da sala de aula, por meio de uma unidade didática em formato de oficina.

O PERCURSO DA ESCRITA: RITOS, CAMINHOS E TESSITURAS INVESTIGATIVAS

A presente investigação inscreve-se no campo de atuação da Linguística Aplicada (LA), concebida em sua vertente Crítica, Transgressiva e Indisciplinar, ancorada em pessoas autoras como Moita Lopes (2006), Pennycook (2006), Fabrício (2006), Munanga (2010), Walsh (2017) e Paraquett (2018). Afastando-se dos modelos positivistas de neutralidade científica, o estudo compreende a linguagem como uma prática social indissociável das relações de poder, raças e gêneros que estruturam a sociedade contemporânea.

Assim, os procedimentos adotados configuram uma abordagem de cunho estritamente qualitativo e interpretativo, nos moldes propostos por Denzin e Lincoln (2006) e de base etnográfica, materializada por meio de uma pesquisa bibliográfica e autoetnográfica voltada ao desenvolvimento de uma proposta de intervenção pedagógica na formação docente, amparada metodologicamente nas formulações de Ellis e Bochner (2000).

O *corpus* documental e analítico desta pesquisa é constituído pelas escrevivências (conceito e método de autoria de Evaristo, 2007) e pelas narrativas testemunhais de cinco mulheres de cor e de povos originários que produziram suas obras na esteira das margens socioespaciais da América Latina: Geni Guimarães e Dona Jacira (afro-brasileiras), Eliane Potiguara (povo originário brasileiro), Rigoberta Menchú Tum (povo originário guatemalteco) e Domitila Barrios de Chungara (povo originário boliviano). A coleta das materialidades textuais deu-se a partir do levantamento bibliográfico de suas produções poéticas, biográficas e ensaísticas, utilizando unitermos específicos nas plataformas digitais e acervos especializados.

Para a análise e interpretação dos dados, mobilizou-se a articulação entre as teorias pós-críticas do currículo, o Letramento Racial Crítico (LRC), discutido por Ferreira (2014) e a Teoria Racial Crítica (TRC), cujas bases metodológicas remontam a Crenshaw (1989) e Bell (1995). Tais operadores analíticos viabilizaram a decodificação dos processos de racialização, outremização e epistemicídio que, historicamente, apartaram essas vozes do cânone literário tradicional, transformando o ato de leitura dessas obras em contranarrativas capazes de fissurar o pacto narcísico da branquitude institucionalizado nas matrizes curriculares.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Cumpre salientar que o desenho metodológico inicial passou por adaptações e expansões necessárias ao longo do percurso investigativo. Se originariamente a pesquisa debruçava-se de forma estrita sobre a literatura de autoria afro-feminina de língua portuguesa e espanhola, a imersão nos componentes formativos e o tensionamento com as realidades locais impuseram a necessidade de estender o olhar para as escrevivências das mulheres dos povos originários. Essa alteração no planejamento inicial (longe de fragmentar o escopo do trabalho), agregou valor à investigação ao permitir um diálogo ampliado, de caráter (inter)(multi)(pluri)cultural e referencial, alinhando a teoria de base à aplicação concreta do estudo por meio da elaboração de uma unidade didática em formato de oficina pedagógica direcionada a docentes em formação inicial ou em serviço.

A LINGUÍSTICA APLICADA INDISCIPLINAR E O LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO

Para dar conta da complexidade dos corpos e discursos que habitam as margens sociais, este trabalho filia-se à Linguística Aplicada (LA) Crítica e Transgressiva. Rompendo com as amarras do estruturalismo e do positivismo abstrato, a LA contemporânea é aqui concebida como um termo guarda-chuva e uma ciência indisciplinar, cuja vocação primordial é o estudo da linguagem como prática social saturada de poder. Sob essa perspectiva, ancorada nas contribuições de Moita Lopes (2006) e Pennycook (2006), convocar as vozes das periferias, das(os) pretas(os) e dos povos que sofreram os processos violentos de colonização e escravização deixa de ser um mero exercício de amostragem folclórica e passa a ser uma exigência epistemológica: trata-se de deslocar essas pessoas da condição de objetos de estudo para a condição de legítimas produtoras de teoria e história. Essa mudança de paradigma converte as salas de aula em espaços de desaprendizagem, conforme conceitua Fabrício (2006), desafiando as certezas cristalizadas pela herança colonial.

Nesse entrelaçamento teórico, as contribuições do Letramento Racial Crítico (LRC) e da Teoria Racial Crítica (TRC), amplamente discutidas por Ferreira (2014) e Pereira e Lacerda (2019), oferecem os instrumentos analíticos necessários para decodificar como as relações de poder modelam as identidades raciais no cotidiano. O LRC opera como um conjunto de ferramentas pedagógicas direcionadas a desnaturalizar as desigualdades e a questionar os discursos hegemônicos. No contexto educacional brasileiro, marcado pelo persistente e violento mito da "democracia racial" denunciado por Munanga (2010), o letramento crítico permite que docentes e discentes desenvolvam uma consciência reflexiva sobre a própria identidade e reconheçam o racismo em sua dimensão estrutural e institucional, superando a leitura reducionista que o limita a desvios de conduta individual.

A mobilização das narrativas autobiográficas no espaço acadêmico funciona, portanto, como uma contranarrativa ao "pacto narcísico da branquitude". Como assevera Bento (2022), a branquitude se estabelece como uma identidade universal, subterrânea e não dita, que garante a preservação de privilégios e a manutenção de estruturas de opressão através do medo do "Outro". Promover o LRC na formação

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

docente significa rachar esse espelho narcísico, forçando a universidade a encarar suas próprias lacunas epistêmicas e a sulear suas referências.

AS ESCREVI-VÊNCIAS COMO FISSURA EPISTÊMICA: AS VOZES DE CINCO MULHERES

A escolha do *corpus* que ancora esta reflexão não responde a delimitações territoriais fixas, mas sim a uma confluência de experiências de dor, resistência(s)/(re)existência(s) e beleza tecidas por mulheres que, historicamente, ocuparam o lugar da subalternidade. Ao analisarmos os escritos e testemunhos de Geni Guimarães, Dona Jacira, Eliane Potiguara, Rigoberta Menchú e Domitila Barrios de Chungara, deparamo-nos com uma cartografia do invisível que desafia, diretamente, os regimes modernos-coloniais de verdade. Essa imersão nas vozes subalternizadas atende à provocação de Spivak (2010) sobre a necessidade de criar condições para que a pessoa posta em condição social de subalternizada possa falar e, fundamentalmente, ser escutada fora das molduras representacionais do opressor.

O CHÃO E A MEMÓRIA DA INFÂNCIA NEGRA

A produção de Geni Guimarães, materializada em sua obra autorreferencial *Leite do peito* (2001), traz o registro confessional como eixo de uma escrita essencialmente feminina, subjetiva e afrocêntrica. Suas narrativas em primeira pessoa subvertem a lógica do racismo interiorizado e constroem uma memória afetuosa, pedagógica e altiva sobre a infância negra e rural no Brasil. No mesmo diapasão, Dona Jacira, em sua obra autobiográfica *Café* (2018), resgata as memórias dolorosas de uma infância marcada pela segregação escolar promovida por instituições religiosas e pelas violências psicológicas cotidianas. O ato de Dona Jacira de interromper o alisamento capilar e passar a movimentar o próprio corpo de forma consciente simboliza a essência do "tornar-se negro" discutido na literatura crítica: um processo político, doloroso e profundamente emancipatório de reconstrução subjetiva e valorização da ancestralidade.

A VOZ DOS POVOS ORIGINÁRIOS E O TESTEMUNHO POLÍTICO

Atravessando as fronteiras nacionais, a literatura de Eliane Potiguara em *Metade cara, metade máscara* (2018) descortina o trauma do deslocamento forçado da Paraíba para o Rio de Janeiro, da invasão de terras e das violências físicas e morais infligidas aos povos nativos do Brasil, articulando espiritualidade, denúncia de abusos e o compromisso ético com a cultura indígena. Esse caráter coletivo e combativo reverbera com potência nas obras-testemunho hispânicas de Rigoberta Menchú Tum *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia* (Burgos, 2011) e de Domitila Barrios de Chungara em parceria com Moema Viezzer "*Si me permiten hablar…": testimonio de Domitila, una mujer de las minas de Bolivia* (Chungara; Viezzer, 2005).

Menchú (Burgos, 2011), mulher maia-quiché, apropriou-se estrategicamente da língua espanhola (o idioma do opressor e um histórico dispositivo de exclusão) para transformá-la em arma de denúncia internacional contra o genocídio e as atrocidades suportadas por sua família na Guatemala. Domitila (Chungara; Viezzer, 2005), por sua

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

RELAPTEC
Revista Latino-Americana de Produção Técnica e Tecnológica

vez, a partir de sua liderança no “Comitê de Donas de Casa de Siglo XX” nas minas da Bolívia, tensionou os limites do feminismo hegemônico ocidental ao demonstrar, através de seus discursos, que a libertação das mulheres subalternizadas não pode ser dissociada da destruição das opressões econômicas, institucionais e imperiais que assolam a comunidade mineira.

Quadro 1 – Cartografia das vozes subalternizadas e seus operadores de resistência curricular.

Autora	Obra de Referência	Matriz Cultural / Identitária	Operador de Resistência Curricular
Geni Guimarães	*Leite do peito* (2001)	Afro-brasileira / Rural	Afetividade, registro confessional e representação positiva da infância negra.
Dona Jacira	*Café* (2018)	Afro-brasileira / Periférica	Denúncia do racismo institucional, segregação escolar e ressignificação estética.
Eliane Potiguara	*Metade cara, metade máscara* (2018)	Povo Originário (Potyguara)	Memória do deslocamento territorial, denúncia de abusos e preservação da ancestralidade.
Rigoberta Menchú	*Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia* (2011)	Povo Originário (Maia-Quiché)	Apropriação da língua do colonizador como contra-ataque político e denúncia de genocídio.
Domitila Chungara	*Si me permiten hablar...* (2005)	Povo Originário / Mineira Boliviana	Articulação entre gênero, classe, soberania popular e direito a condições dignas de vida.

Fonte: elaborada pela autora (2026).

Estas narrativas dão corpo à categoria de amefricanidade, proposta por Lélia Gonzalez (1988), ao rasurarem as fronteiras geopolíticas coloniais e revelarem as marcas profundas da herança negra e indígena na construção cultural e nas resistências do continente americano. Elas retiram a diferença do lugar do exotismo e a inscrevem como um monumento de insubordinação criativa contra as estruturas coloniais.

IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE: DA TEORIA AO CHÃO DA SALA DE AULA

Promover uma educação decolonial e intercultural nas salas de aula da Educação Básica, conforme sugerem Walsh (2017) e Paraquett (2018), exige enfrentar diretamente os processos de epistemicídio que ainda regulam as universidades e aprisionam os currículos. Como pontua Fabrício (2006), a universidade necessita se consolidar como um espaço de desaprendizagem de certezas cristalizadas pela modernidade colonial. A ausência estrutural de intelectuais e escritoras negras e indígenas nos planos de curso e ementas das licenciaturas em Letras perpetua um purismo nacionalista e um racismo epistêmico que desabilita o corpo docente para o trato com a heterogeneidade cultural. Esse apagamento

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

institucional atua como um mecanismo bionecropolítico e ideológico que delega saberes subalternizados ao esquecimento, comprometendo a formação de professoras(es) a partir de uma matriz eurocêntrica que insiste em se colocar como a única detentora da verdade científica e da universalidade humana.

Quando professoras e professores em exercício tentam romper essas barreiras no cotidiano escolar, deparam-se com um sistema conservador e reacionário que aciona violentos mecanismos de cerceamento. Isso se confirma nos recorrentes episódios de criminalização, censura e afastamento de docentes ao mediarem obras de autoras racializadas e suas denúncias de sofrimento, sob a falsa justificativa de que tais escrituras portam “linguagens impróprias” ou “ideologias”. Esses entraves práticos demonstram que a aplicação das garantias fundamentais e o direito humano e social à educação não são automáticos, configurando-se como um campo de batalha permanente no espaço público. Nesses embates, o mito da democracia racial e os discursos hegemônicos operam silenciamentos que tentam blindar o pacto narcísico da branquitude de qualquer contestação estrutural, reduzindo os direitos conquistados a meras concessões folclóricas.

A superação desse impasse, profundamente ancorada nas teorias pós-críticas do currículo discutidas por Silva (2005), passa pela urgência do desenvolvimento profissional docente na perspectiva antirracista e pela criação de propostas curriculares transgressivas que considerem o letramento literário pelas vozes dos sujeitos subalternizados. Conforme as premissas de Pennycook (2006) para uma Linguística Aplicada transgressiva, urge cruzar os limites do pensamento tradicional e dar passagem às narrativas daqueles que habitam as margens. Propor oficinas pedagógicas estruturadas a partir dessas escrevivências permite que as futuras pessoas docentes experimentem o “suleamento epistêmico” na prática formativa, saindo da lógica de submissão ideológica ao colonizador e valorizando o repertório cultural de povos historicamente espoliados. Essa *práxis* atende de forma eficaz e efetiva ao que preconiza a Lei n.º 11.645/2008, que altera a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) e institui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, garantindo que tais conteúdos alcancem o chão da escola e as subjetividades de docentes e discentes em todo o território nacional.

Ao cruzar os gêneros textuais do testemunho, da crônica e do relato biográfico com as discussões propostas por Kilomba (2019) e Sanches (2020) sobre o racismo cotidiano e a desconstrução do Outro racializado, a formação docente abandona a reprodução mecânica de regras gramaticais e normatividades eurocentradas que historicamente reduziram o ensino de línguas ao formalismo estruturalista. Conforme preconiza Ferreira (2014) através do Letramento Racial Crítico e da Teoria Racial Crítica, o contar e o recontar das histórias de vida atuam como instrumentos fundamentais de resistência às ideologias dominantes e desvelam como as relações de poder modelam as identidades sociais de raça, gênero e classe.

Essa abordagem permite que a sala de aula se converta em um espaço de entusiasmo e libertação, nos moldes da pedagogia transgressora de hooks (2013), em oposição ao tédio burocrático e reprodutivista que caracteriza a estética fabril das instituições escolares. Assume-se, assim, a verdadeira função política, social e ética

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

da profissionalização docente: a formação de intelectuais interculturais e socialmente comprometidos, aptos a atuar criticamente no desmantelamento das assimetrias coloniais e na construção de uma cidadania plena, equânime e sintonizada com a garantia universal de direitos humanos.

A UNIDADE DIDÁTICA: *PRÁXIS* ANTIRRACISTA E DECOLONIAL NA FORMAÇÃO DOCENTE

Como forma de materializar as reflexões teóricas em uma intervenção ético-política, apresenta-se o desenho de uma unidade didática estruturada em formato de oficina pedagógica. O objetivo central desta proposta é colaborar com a formação docente, na perspectiva de uma educação antirracista, através do letramento literário pelas vozes de mulheres subalternizadas. Embora tenha sido idealizada primordialmente para estudantes de licenciaturas e para a formação continuada de docentes em serviço, a sua flexibilidade metodológica permite que seja perfeitamente adaptada para discentes da Educação Básica.

A arquitetura da oficina foi desenhada para ser aplicada ao longo de um semestre letivo (aproximadamente quatro meses e meio), dividida em dois eixos bimestrais que articulam pesquisa prévia, leitura guiada e reflexão autobiográfica. O *corpus* literário mobiliza as oito obras de base das cinco autoras racializadas que fundamentam este estudo: os livros de Geni Guimarães (*O pênalti*, *Leite do Peito*, *Balé das emoções* e *Poemas do regresso*); *Café*, de Dona Jacira; *Metade cara, metade máscara*, de Eliane Potiguara; "*Si me permiten hablar…": testimonio de Domitila, una mujer de las minas de Bolivia*, de Domitila Barrios de Chungara; e *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*, de Rigoberta Menchú Tum.

PRIMEIRO EIXO: A MEMÓRIA, A INFÂNCIA E O CORPO NEGRO

O primeiro bimestre, com duração estimada de dois meses e meio, dedica-se à imersão nas escrevivências afro-brasileiras. A metodologia ancora-se em atividades de pré-leitura, nas quais os participantes são instigados a pesquisar sobre as autoras e a redigir textos ativando suas próprias memórias de infância (jogos, brincadeiras, comidas, bebidas e profissões sonhadas), estabelecendo uma ponte afetiva com as obras.

Módulo Geni Guimarães (3 semanas): o percurso inicia-se com a leitura de *Leite do peito* e *O pênalti* na primeira semana, avançando para *Balé das emoções* na segunda e finalizando com *Poemas do regresso* na terceira semana. A mediação foca na afetividade e na construção da identidade negra.

Módulo Dona Jacira (6 semanas): dedica-se à obra autobiográfica *Café*. Por se tratar de um texto mais extenso, a leitura é fracionada em aproximadamente 73 páginas semanais. O debate problematiza o racismo institucional, a segregação e as violências estruturais narradas pela autora.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

SEGUNDO EIXO: TERRITÓRIO, ANCESTRALIDADE E RESISTÊNCIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS

O segundo bimestre, com duração de um mês e meio, volta-se para a produção literária e testemunhal das mulheres dos povos originários. As atividades de pré-leitura exigem pesquisas sobre os costumes familiares dos discentes e o aprofundamento teórico sobre os gêneros textuais do "testemunho" e da "entrevista".

Módulo Eliane Potiguara (2 semanas): leitura integral de *Metade cara, metade máscara*, com debates centrados na demarcação de terras, migração forçada e o resgate da espiritualidade indígena.

Módulo Domitila Chungara (2 semanas): imersão no relato "*Si me permiten hablar…": testimonio de Domitila, una mujer de las minas de Bolivia*, articulando as categorias de gênero, classe social e a luta operária contra o imperialismo na Bolívia.

Módulo Rigoberta Menchú (2 semanas): leitura de *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*, problematizando a apropriação da língua hegemônica como instrumento de contra-ataque político e de denúncia de genocídio.

AVALIAÇÃO E CULMINÂNCIA: O COMPARTILHAMENTO DE SABERES

A etapa final da oficina, com duração de duas semanas, destina-se à socialização das reflexões por meio de seminários. As pessoas participantes são divididas em equipes (compostas por até quatro integrantes) e disporão de 20 minutos para apresentar suas análises sobre as obras e as intersecções com a *práxis* docente e o Letramento Racial Crítico. A avaliação prioriza a criatividade interacional, o adensamento teórico e a capacidade de relacionar o currículo à urgência de uma educação etnicamente referenciada e emancipatória.

O MOVIMENTO *GRIOT* NA ACADEMIA – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação e a mediação das literaturas racializadas de autoria feminina demonstram que o conhecimento não deve apenas circular; ele precisa produzir simbiose, afetamento e deslocamento identitário. Como pessoas pesquisadoras comprometidas com a justiça curricular, a nossa tarefa transcende a mera análise arquivística. Trata-se de operar um verdadeiro movimento *Sankofa*: voltar e resgatar os saberes ancestrais que foram intencionalmente deixados pelo caminho pela colonialidade do saber, permitindo-nos olhar para trás para ressignificar o presente e projetar futuros socioeducativos e identitários alternativos. Essa postura reconstrutiva exige uma fissura na "estética fabril" e homogeneizadora das instituições de ensino que reduzem docentes a reprodutores de conhecimentos eurocêntricos e silenciam as marcas que explicitam a presença preta e indígena na construção cultural do nosso continente.

As vozes de Geni, Jacira, Eliane, Rigoberta e Domitila não pedem apenas para ser incluídas como notas de rodapé ou apêndices de uma matriz curricular condescendente: elas exigem a refundação das bases epistemológicas do próprio fazer educativo. A inserção dessas escrevivências e relatos testemunhais desvela que a descolonização do ser e do saber na formação docente não se efetiva de forma

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

folclórica ou isolada, e sim como uma política de confrontação ao racismo epistêmico que subalterniza conhecimentos não ocidentais. Que a academia tenha a audácia de silenciar os seus discursos pretensamente universais e universitarizados para escutar a densidade dessas narrativas de cor, permitindo que o movimento *griot* ecoe, cure e transforme a realidade de nossas escolas públicas de maneira interativa, dialógica e humanizadora.

Diante disso, evidencia-se que, mesmo após décadas de vigência das Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008, as práticas pedagógicas antirracistas ainda enfrentam entraves reacionários, perseguições institucionais e censuras moralistas no espaço público. O percurso autoetnográfico trilhado nesta investigação reitera que a transição da negação de si (operada pelo ideal de branqueamento que faz o sujeito identificar-se como "moreno" antes de assumir sua negritude) para a consciência política de um corpo negro e dissidente é um processo doloroso que a formação docente precisa acolher. A elaboração da unidade didática em formato de oficina pedagógica apresenta-se, portanto, não apenas como uma resposta técnica, mas como uma intervenção ético-política voltada a suprir a lacuna das matrizes curriculares e instrumentalizar docentes, em formação inicial ou em serviço, para a prática do Letramento Racial Crítico.

Por fim, este estudo reafirma que o ensino de línguas e literaturas nas licenciaturas não se limita à transmissão de regras normativas, ele assume uma função eminentemente social e transgressiva. O movimento *griot* na academia tensiona as estruturas tradicionais ao provar que os livros de literatura e os relatos orais são arquivos vivos, capazes de funcionar como instrumentos de libertação, afirmação identitária e justiça social. Espera-se que este trabalho sirva de base para futuras investigações dedicadas a aquilombar o espaço universitário e escolar, assegurando que as próximas gerações de estudantes encontrem na escola pública um território plural de reconhecimento, decolonialidade e efetiva garantia de direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ARGOLO, Aderjan Albert da Silva. **A escrita feminina como espaço político-reflexivo das literaturas racializadas e sua importância para uma educação antirracista**. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do Oeste da Bahia, Barreiras, 2023.

BELL, Derrick. Who's afraid of critical race theory? **University of Illinois Law Review**, Champaign, v. 1995, n. 4, p. 893-910, 1995. Disponível em: https://vinia.org/wp-content/uploads/2021/08/1995UIllLRev893.pdf. Acesso em: 14 jul. 2026.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

RELAPTEC
Revista Latino-Americana de Produção Técnica e Tecnológica

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BURGOS, Elisabeth. **Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia**. Ciudad de México: Siglo XXI, 2011.

CHUNGARA, Domitila Barrios de; VIEZZER, Moema. **"Si me permiten hablar..."**: testimonio de Domitila, una mujer de las minas de Bolivia. Ciudad de México: Siglo XXI, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989. Disponível em: https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8/. Acesso em: 14 jul. 2026.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ELLIS, Carolyn; BOCHNER, Arthur P. Autoethnography, personal narrative, reflexivity: researcher as subject. *In*: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). **Handbook of qualitative research**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2000. p. 733-768.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. *In*: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.). **Representações performáticas brasileiras**: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 16-21.

FABRÍCIO, Branca Falabella. Linguística aplicada como espaço de desaprendizagem. *In*: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 47-65.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Teoria racial crítica e letramento racial crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. **Revista da ABPN**, [*s. l.*], v. 6, n. 14, p. 236-263, 2014.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988.

GUIMARÃES, Geni. **Leite do peito**: contos. 3. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2001.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

JACIRA, Dona. **Café**. São Paulo: Laboratório Fantasma: LiteraRUA, 2018.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Nosso racismo é um crime perfeito**. [Entrevista]. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 8 set. 2010. Disponível em: https://fpabramo.org.br/2010/09/08/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito-entrevista-com-kabengele-munanga/. Acesso em: 12 nov. 2026.

PARAQUETT, Márcia. Questões imprescindíveis à formação de professores interculturais latino-americanos: o lugar da cultura de tradição oral e afrodescendente. *In*: MATOS, Doris; PARAQUETT, Márcia (org.). **Interculturalidade e identidades**: formação de professores de espanhol. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 73-99.

PENNYCOOK, Alastair. Uma linguística aplicada transgressiva. *In*: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 67-84.

PEREIRA, Aparecida Luty; LACERDA, Sônia de Souza Penha. Letramento racial crítico: uma narrativa autobiográfica. **Travessias**, Cascavel, v. 13, n. 3, p. 90-106, 2019. Disponível em: https://erevista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/23612. Acesso em: 2 abr. 2022.

POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara**. 3. ed. Rio de Janeiro: Grumin, 2018.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

SANCHES, Julio Cesar. A literatura e o Outro racializado. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 225, nov./dez. 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. As teorias pós-críticas. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 85-142.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WALSH, Catherine. ¿Interculturalidad y (de)colonialidad? Gritos, grietas y siembras desde Abya Yala. *In*: DINIZ, Alai Garcia; PEREIRA, Diana Araujo; ALVES, Lourdes Kaminski (org.). **Poéticas e políticas da linguagem em vias de descolonização**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017. p. 19-53.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

RELAPTEC
Revista Latino-Americana de Produção Técnica e Tecnológica